

Vilsélia de Souza Pires¹

Carmen Sílvia de Moraes Rial²

**“PESCADORAS, NÃO, SOMOS ESCADEIRAS”:
GÊNERO E PROTAGONISMO NA PESCA
ARTESANAL NA ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL NHAMUNDÁ EM PARINTINS/AM**

***“NOT JUST FISHERWOMEN, BUT, WOMEN
WHO FISH”: GENDER AND PROTAGONISM
IN ARTISANAL FISHING IN THE
ENVIRONMENTAL PROTECTION AREA
NHAMUNDÁ IN PARINTINS/AM***

*“Vai pescador(a) enfrentar os teus desafios
Vai buscar o sustento da vida
Leva teu sonho teu canto
A história a sorte te espera
Vai pescador(a) a luz está bela pra viajar pra imaginar”³*

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas/PPGICH - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

² Professora Doutora do Departamento de Antropologia - Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

³ Trecho da toada Pescador Ribeirinho do Boi Bumbá Garantido. Composição: Jacinto Rebelo / Nair Blair / Paulinho DU Sagrado (o artigo (a) na letra foi adaptado para o contexto deste trabalho).

RESUMO

O presente ensaio aborda a atuação de mulheres frente a iniciativas sustentáveis, em busca de políticas públicas que contemplem suas práticas cotidianas voltadas para a pesca artesanal, cultivo de hortaliças e criação de pequenos animais, trabalho este invisibilizado na conjuntura patriarcal e sexista. No baixo Amazonas, às margens do rio-mar ou nos lagos interiores do município de Parintins, mulheres pescadoras que se autodenominam “pescadeiras” enfrentam inúmeros desafios para atuar como pescadora profissional num universo ainda predominantemente masculino. Diante disso, têm-se unido em parcerias, reunindo-se entre elas em busca da reativação do manejo de pesca na região de várzea do complexo lacustre Macuricanã, principal atributo da unidade de conservação APA - Nhamundá em Parintins/AM. O modo de vida, as práticas pesqueiras, a luta pelos espaços de decisões, as atuações como líderes comunitárias e as iniciativas sustentáveis encontram diferentes formas de opressão e discriminação, sobretudo de gênero, da divisão sexual do trabalho e das diversas implicações no uso do território que atravessam a vivência das pescadoras e demonstram que o capitalismo, as estruturas patriarcais e sexistas estão presentes no mundo da pesca e tendem a se sobrepor no cotidiano das pescadeiras.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero na pesca artesanal. “Pescadeiras”. Iniciativas Sustentáveis.

ABSTRACT

This essay addresses the role of women in the context of sustainable initiatives, seeking to highlight the need for public policies that recognize their daily practices related to artisanal fishing, vegetable cultivation, and small animal rearing. These essential activities often go unnoticed in a patriarchal and sexist society. In the lower Amazon region, particularly along the river-sea and within the interior lakes of Parintins municipality, women who engage in fishing, self-identifying as “fisherwomen,” confront numerous challenges as they strive to establish themselves as professional fisherwomen in a predominantly male-dominated field. In response to these challenges, these women have formed partnerships and support networks, coming together to advocate for the revival of sustainable fishing practices within the floodplain region of the Macuricanã lake complex. This complex serves as the primary feature of the APA-Nhamundá conservation unit in Parintins, Amazonas. Within this context, fisherwomen encounter various forms of oppression and discrimination, primarily related to gender and the sexual division of labor. These issues also have significant implications for their access to decision-making spaces and their roles as community leaders.

KEYWORDS: Gender in artisanal fishing. “Fisherwomen”. Sustainable Initiatives.

GÊNERO E PROTAGONISMO FEMININO NA AMAZÔNIA

A aproximação com este tema foi inesperada. Em fase de conclusão da pesquisa de campo para o mestrado, em uma das inúmeras viagens empreendidas ao complexo lacustre denominado Macuricanã, principal atributo da Unidade de Conservação de Uso Sustentável da Área de Proteção Ambiental – APA-Nhamundá. Na época, pesquisando conflitos socioambientais entre pescadores paraenses e amazonenses na fronteira dos dois estados, às vésperas de defender a dissertação, retorno às comunidades como fazia quase todo fim de semana e, durante uma conversa informal com duas pescadoras, ao nos referirmos a elas como pescadoras, retrucaram: “*pescadoras, não, somos pescadeiras!*”.

A ênfase dada a essa expressão nos desafiou a compreender o significado contido nessa expressão e a sua relação com desempenho de mulheres nas lideranças comunitárias e iniciativas sustentáveis no universo da pesca artesanal amazônica. Tal inquietação se tornou cerne da pesquisa em andamento, o qual versará sobre o protagonismo de mulheres pescadoras residentes em comunidades tradicionais do interior do município de Parintins/AM.

A presente abordagem é fruto de incursões após o mestrado e início dos estudos de campo do doutorado, por meio de observação, anotações, revisão de literatura, participação de encontros comunitários, diálogos com pescadoras credenciadas e não credenciadas em comunidades pesqueiras da APA Nhamundá, pertencentes ao território do município de Parintins/AM.

Parintins dista aproximadamente 370 km em linha reta e 420 km via fluvial da capital, no extremo leste do estado, na fronteira com o estado do Pará. O município é conhecido no cenário nacional e internacional por sua maior expressão cultural: o Festival Folclórico que é pautado na rivalidade entre os bois Garantido e Caprichoso. No entanto, afora o festival, a população parintinense busca cotidianamente, com criatividade e resiliência, formas de r-existência¹ em seus territórios de vida.

Dentre essas destacaremos neste ensaio a potência de mulheres ribeiras do Amazonas que buscam o sustento familiar na atividade pesqueira, ao tempo que se dedicam a ações de conservação dos bens naturais e bem viver. Em seu cotidiano encontram inúmeros desafios no que se refere às relações de gênero, à condição da mulher na sociedade patriarcal que invisibiliza a potência delas, sobretudo quando elas se encontram em posição de liderança nos espaços de poder.

Pensar o lugar da mulher na sociedade atual, principalmente as mulheres não brancas, nos leva à frase de Sojourner Truth, “**e não sou uma mulher?**”, dita em seu discurso de intervenção na *Women’s Rights Convention* em Akron, Ohio,

¹ O termo r-existir no contexto deste trabalho é inspirado nos escritos do geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves: mais do que resistência, significa reagir a uma ação anterior e é sempre uma ação reflexa; **r-existência** quer dizer, uma forma de existir a determinada matriz de racionalidade que age nas circunstâncias, inclusive reage, a partir de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmicos. Disponível em https://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/biogeografia_saude_publica/aulas%202014/2-carlos%20walter.pdf

em 1851, Estados Unidos. Uma das melhores traduções desse discurso foi feita por Osmundo Pinho e publicada no portal Geledes em 2014 (grifo nosso).

Na sua fala, Truth, ex-escrava, mulher afro-americana, abolicionista e defensora dos direitos da mulher, se referia à não consideração da mulher negra nos discursos sobre direitos, discutidos nessa convenção pelos clérigos com o argumento de que as mulheres não deveriam ter os mesmos direitos que os homens por serem frágeis, intelectualmente débeis; por Jesus ser homem e por ser a primeira mulher uma pecadora. Em um dos trechos Truth questiona:

Daí eles falam dessa coisa na cabeça; como eles chamam isso... [alguém da audiência sussurra, "intelecto"]. É isso querido. O que é que isso tem a ver com os direitos das mulheres e dos negros? Se o meu copo não tem mais que um quarto, e o seu está cheio, por que você me impediria de completar a minha medida? (PINHO, 2014)

Vale dizer que o contexto histórico do discurso de Sojourner ocorre nos Estados Unidos, onde os estados do norte e do sul eram distintos, a começar pela mão de obra escrava: de um lado os nortistas eram favoráveis ao fim da escravidão, do outro, os sulistas pretendiam estendê-la. Ao trazer a fala de Truth, queremos destacar as vozes das mulheres na América por mais direitos e igualdade, sobretudo daquelas que não são ouvidas e/ou evidenciadas na história.

"E não sou uma mulher?" reverbera nos dias de hoje quando se constata que, apesar dos avanços nos direitos das mulheres, as medidas de acesso e oportunidades ainda são desiguais e estão relacionadas a classe, raça e gênero, interseccionalidades que atravessam a vida das mulheres periféricas, ribeirinhas, quilombolas e indígenas, por exemplo.

Inspirada em Truth, bell hooks escreve *Ain't I a Woman: Black Women and Feminism*, uma referência necessária para pensar que, além da assimetria de gênero, devemos ter em mente que as mulheres enfrentam opressões sexistas e raciais, numa sociedade patriarcal onde o poder e as prerrogativas privilegiam os homens, independentemente da raça. hooks adverte que os homens negros, separados dos homens brancos pelo racismo, ao subjugarem as mulheres se unem a eles num sexismo partilhado e acabam por reforçar o sexismo patriarcal que oprime mulheres indistintamente.

A luta para acabar com o racismo e a luta para acabar com o sexismo estão naturalmente entrelaçadas e fazê-las separar era negar uma verdade básica da nossa existência, que a raça e o sexo são ambos faces imutáveis da identidade humana (HOOKS, 1981: 12).

Vale dizer que gênero e sexo não são sinônimos. Gênero é uma categoria historicamente determinada construída não apenas sobre a diferença de sexos, mas, sobretudo, para "dar sentido" a essa diferença (SCOTT, 1989), isto é, gênero está relacionado aos papéis e comportamentos do indivíduo dentro da sociedade, enquanto sexo é a categoria inata ao indivíduo do ponto de vista biológico.

Grossi (1998:12) também nos ajuda a distinguir identidade de gênero e sexualidade. Enquanto o primeiro é uma categoria pertinente para pensar o lugar do indivíduo no interior de uma cultura determinada, a sexualidade é um concei-

to contemporâneo para se referir ao campo das práticas e sentimentos ligados à atividade sexual dos indivíduos.

Cabe aqui ressaltar que, embora o movimento feminista tenha a gênese reconhecida na sociedade norte global, ela não explica a luta e o protagonismo de mulheres de outras sociedades como na América Latina, onde a única opção que restou foi a de resistir, de r-existir. Assim, as mulheres do sul global, ainda que não necessariamente se autodenominem feministas, estão ocupando cada vez mais os espaços de decisão social, política, econômica, cultural e intelectual.

Neste contexto, as mulheres ribeirinhas assumem papéis de liderança nos seus territórios frente às decisões políticas que norteiam a vida dos povos e comunidades tradicionais. O artigo 6040/2007 da Constituição Federal do nosso país conceitua povos e comunidades tradicionais como

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e bens naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. (BRASIL, 2007)

Para os povos indígenas, o território é vida, os elementos naturais são divindades e estes, coexistindo em harmonia, compõem a Terra Mãe. Para os povos e comunidades tradicionais a terra é um bem coletivo, e o conhecimento ancestral sobre os elementos naturais, passados de geração a geração, rege e sustenta seu modo de vida e reprodução social.

Desta forma, as mulheres indígenas, afros, ribeirinhas, extrativistas, lésbicas, trans, de territórios rurais e urbanos têm se organizado, formando lideranças e redes de cooperativismo em busca de uma gestão participante dos elementos naturais, num movimento chamado de femininos comunitários. Tais movimentos trazem no seu bojo um questionamento ao patriarcado estrutural da sociedade capitalista e buscam a construção de uma nova forma de relação com a natureza (SVAMPA, 2019).

Nas muitas Amazôniaas, cabocla, indígena, quilombola, seringueira, ribeirinha, pescadora, as mulheres têm um papel preponderante nas lutas pelo território e pelo modo de vida, sustentado na relação intrínseca com o ambiente. Para Fraxe (2021), “o labor e protagonismo das mulheres no saber tradicional e conservação da biodiversidade, vem exercendo papel significativo na busca pelo desenvolvimento sustentável” (p. 245).

É neste contexto ribeiro amazônico, no interior do município de Parintins/AM, que encontramos mulheres pescadoras que tomaram para si a missão de reativar um Acordo de Pesca, uma experiência de manejo participativo que funcionou por apenas dois anos nas comunidades da borda sul da Área de Proteção Ambiental Nhamundá como forma de proteção dos mais de 90 lagos, principal atributo dessa Unidade de Conservação. Experiência esta que será melhor detalhada adiante.

As questões que atravessam a vida dessas mulheres que se lançam em atividades praticadas predominantemente por homens, como a pesca, nos instigam

a aprofundar mais essa temática, desvelar o que lhes motiva, quais obstáculos enfrentados, os principais resultados obtidos na reativação do manejo participativo, do andamento do plano gestor da APA (até o momento sem efetivação), a história de vida das mulheres que são lideranças comunitárias e as pescadoras que, mesmo diante das dificuldades e sobrecarga cotidianas, “ousam” romper com as estruturas heteropatriarcais e reivindicam maior equidade em todas as esferas da vida social e política.

MULHERES NA PESCA: CORPORALIDADES FEMININAS E O SEXISMO NAS POLÍTICAS DE PESCA

A atividade pesqueira artesanal engloba desde a captura até a comercialização do pescado, e a atuação da mulher nesses espaços é resultado de intensa luta e participação na vida política e social, atuando nos movimentos comunitários, nas entidades representativas da pesca e participando dos planos nacionais do movimento da ANP - Articulação Nacional das Pescadoras e no MPPA - Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (SOARES, SCHERER, 2013; 79).

Movidas pela necessidade de sustentar a família, polivalentes, elas preparam os próprios equipamentos de pesca, consertam as tarrafas, vão para os lagos e rio pescar, comercializam os melhores peixes e, na volta para casa, também tratam do pescado e dos afazeres domésticos. No entanto, essa polivalência não é reconhecida na estrutura social e, mesmo com o direito adquirido em lei e participantes das políticas públicas da pesca, não lhes assegura a equidade de gênero e tampouco seu protagonismo é visibilizado.

Na verdade, o reconhecimento da mulher como figura integrante da atividade pesqueira artesanal é apenas o início e requer um avanço maior dentro das políticas públicas, no sentido de não apenas inserir, mas garantir seu espaço e valorizar seu trabalho. No dizer de Alencar (2013; 35), tal “desvalorização [...] contribui para a sua invisibilidade como trabalhadoras, produtoras de bens e serviços”. E somente o fato de ter sua participação regulamentada e institucionalizada não garante que ela deixe de ser atravessada por inúmeras dificuldades em todas as etapas, a começar pela documentação exigida para obter o RGP – Registro de Pescador Profissional (SOARES e SCHERER (idem; 95- 96). Passar por esse caminho difícil consubstancia a determinação e a forte resistência dessas mulheres que continuamente precisam se reafirmar como pescadoras.

Quando nos referimos a essa experiência e a tantas outras iniciativas femininas frente às diversas ações sociais, econômicas, culturais e políticas, é importante destacar que ela vem da luta das mulheres ao longo da história por emancipação e igualdade de direitos. Atualmente as mulheres brasileiras têm firmado sua cidadania, organizando-se como sujeitos sociais por meio dos movimentos e das diversas ações de superação das condições sociais e inclusão no processo das políticas públicas (GRUNEVALD, 2009; 47).

Estudos sobre pesca artesanal têm sido aprofundados desde a década de 1980, para citar alguns: Veríssimo (1985), Furtado (1993), Loureiro (2001), Rufino (2005), Pereira (2007), Fraxe, Witkoski e Silva (org) (2009), Scherer (org) (2013), Rapozo (2015), entre tantos que têm se dedicado a pesquisas sobre a pesca artesanal e a inserção da mulher nessa atividade, sobretudo na Amazônia brasileira, caracterizam a pesca na Amazônia em diferentes períodos e trazem em suas abordagens a intensificação da pesca, a criação de leis federais voltadas para este setor e o avanço das políticas.

Entretanto, não podemos deixar de assinalar que o modelo de desenvolvimento para o setor pesqueiro à época da sua criação priorizava a produção, e no contexto em que essas políticas foram criadas a pesca era praticada prioritariamente pelos homens. Com o enfoque voltado para a produção, Rapozo (2015: 78) aponta que vão surgir as primeiras empresas de pesca industrial, introduzindo motores a diesel e redes com fibras de nylon, dando o suporte técnico e aumentando o poder de pesca e, com isso atendendo o mercado externo.

Importante salientar a desigualdade de recursos que os pescadores e as pescadoras artesanais que pescam em lagos e rios interiores enfrentam, por não dispor de apetrechos que lhes possibilitem competir com a pesca de grande porte, e por conseguinte acabam ficando à margem do processo produtivo econômico. Para as pescadoras o desafio é ainda maior seja pela burocracia de acesso e pelas políticas de pesca, seja pela divisão sexual do trabalho que as coloca em desvantagem com relação aos pescadores.

Leitão (2013), ao desenvolver um trabalho de pesquisa com pescadoras artesanais litorâneas em cinco estados brasileiros, se surpreendeu com a narrativa delas no que se refere às condições de trabalho, à saúde e alimentação, ao verificar nos relatos a rotina sobrecarregada dessas mulheres: o trabalho na pesca está relacionado ao tempo e condicionado à maré. Quando a maré está boa, pescam pela manhã e para isso se levantam todos os dias às 3 - 4 horas para realizar as atividades domésticas e em seguida ir para o mar; chegando à tarde não descansam porque têm que beneficiar o pescado e preparar o jantar. E se a maré boa for mais tarde, parte da do preparo da alimentação e dos apetrechos necessários podem ser feitos pela manhã.

O cotidiano das pescadoras ribeirinhas do Amazonas não difere muito do das pescadoras litorâneas no que tange à dinâmica do trabalho; de igual modo se dedicam às atividades domésticas e/ou produtivas, sejam elas casadas ou não, cuidam da casa, da família, preparam seus apetrechos e reparam as redes de pesca. Uma distinção perceptível entre a pesca marítima e as pescas fluviolacustres da Amazônia são as condicionantes do ciclo das marés e do ciclo enchente/vazante, em que a subida ou descida das águas determina os melhores meses e locais para a pesca, o horário de saída, tempo de pesca e horário de retorno.

Conforme visto, a própria rotina de atividades diárias delas em relação à do homem evidencia a desigualdade de condições entre os sexos. Enquanto as mulheres se desdobram em jornadas triplas conciliando atividades pesqueiras

com as domésticas, os homens se dedicam integralmente às atividades pesqueiras, o que os deixa em situação mais vantajosa com relação ao tempo e a oportunidades de crescimento profissional e pessoal.

Kergoat (1998) no seu artigo “Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo” assegura que as condições que vivem homens e mulheres são construções sociais que têm base material e se exprimem pela divisão social do trabalho entre os sexos. Afirma também que a ideia de não considerar o labor doméstico como produtivo foi mudando com o passar do tempo. As pesquisas passaram a analisar o trabalho doméstico com o mesmo peso do trabalho profissional, o que permitiu considerar simultaneamente essas atividades e pensá-las em termos de divisão sexual do trabalho.

Heleieth Saffioti (2013), socióloga, uma das principais teóricas da Economia Feminista, aponta em sua obra “A mulher na sociedade de classes” que na sociedade capitalista é impossível pensar uma igualdade de direitos, uma vez que a inserção da mulher nessa estrutura é pensada para colocá-la em condições desiguais de autonomia e oportunidades em todos os espaços. Aliás, o próprio cuidado atribuído à mulher serve como argumento de restringir a movimentação dela para além da esfera domiciliar e impedir o protagonismo feminino na sustentação da economia.

Na atividade pesqueira artesanal, a divisão sexual do trabalho é central na dominação e nas relações de poder entre homens e mulheres na sociedade capitalista e patriarcal, em que o sexismo determinará o valor e o lugar de ambos tanto na presença quanto na divisão social do trabalho.

Luceni Hellebrandt (2017), cientista social, pesquisadora da pesca artesanal, chama a atenção no capítulo 2 do seu trabalho de tese alguns fatores que invisibilizam o lugar da mulher na pesca: o foco na captura quando a gestão pesqueira volta sua preocupação apenas com os estoques para a proposta de desenvolvimento sustentável, obscurecendo a dimensão humana; crítica à postura metodológica de pesquisadores no silenciamento do discurso (mesmo que imperceptível) ao relacionar a pesca como atividade masculina e, por fim, a falta de dados desagregados por sexo, que dificulta identificar as mulheres nas estatísticas pesqueiras, e realização de análises com as dimensões de gênero e relações de poder.

A autora mostra como a própria legislação das políticas públicas da pesca não percebe a presença da mulher na atividade pesqueira artesanal, como pode ser visto na sua definição, da Lei nº 11.959, Seção II:

no Art. 8º, a Pesca, para os efeitos desta Lei, classifica-se como: I – comercial:

a) artesanal: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte”; (BRASIL, 2009; Idem, 2017).

A generalização da categoria “pescador artesanal profissional” por si só

exclui a presença da mulher na atividade. A legislação não especifica sua atuação em todo o processo da cadeia produtiva e, quando ocorre a reformulação da Lei em 2015, até considera a sua participação, mas na condição de apoio.

Com efeito, na sociedade patriarcal a invisibilização da potência feminina e a condição de subalternidade são estruturais. O sexismo se materializa de diversas formas; independentemente de a mulher ser casada ou não, ela ocupa posições de menor visibilidade e valor financeiro. Para exemplificar em todos os anos de existência da Colônia de Pescadores Z-17 de Parintins, nenhuma mulher chegou ao cargo de coordenação da instituição. Embora a equipe administrativa seja composta prioritariamente por mulheres e dominem a dinâmica do trabalho, o cargo é político, atrelado ao executivo municipal, e quando se trata da representatividade e decisões frente à categoria, estas são designadas aos homens.

No tocante ao trabalho na atividade pesqueira artesanal, se põe em dúvida que ela consiga ir aos lagos sozinha, que não aguente a jornada e o esforço da pesca e que não saiba negociar o produto final da sua atividade. Mas a ela é atribuída a habilidade de cuidar do pescado, da organização do comando da casa, da educação dos filhos, do plantio de hortaliças e criação de pequenos animais, ou seja, atividades e funções que a colocam simbolicamente como coadjuvante e não protagonista.

As pescadeiras do Macuricanã vão na contramão dos preconceitos e vicissitudes a elas relacionados, não se curvam, ao contrário, r-existem, persistem e se reconstroem continuamente no afã de conseguir efetivar seus projetos pessoais e coletivos, como a reativação do Acordo de Pesca, iniciativa sustentável que experienciaram no passado e que atualmente estão empenhadas em retomar.

“PESCADEIRAS” DO MACURICANÃ: OS SABERES TRADICIONAIS E AS INICIATIVAS SUSTENTÁVEIS

Segundo o dicionário, “pescadeira” é aquela que apanha ou vende o peixe. Também pode ser sinônimo de pescadora. Na região pesqueira de Santa Catarina também encontramos mulheres que se definem como *pescadeiras*². Porém, ao fazer um levantamento de periódicos na internet sobre o uso da expressão “pescadeiras”, verificamos que ela não foi utilizada pelos trabalhos publicados até então, à exceção de Alencar (1991), que a utilizou como título e como referência das falas das pescadoras na sua dissertação de mestrado, em estudo realizado com pescadoras dos Lençóis Maranhenses. Vale dizer que sua pesquisa foi pioneira numa etnografia com recorte de gênero e que, no contexto da sua pesquisa, o termo era usado por outras pessoas para se referir às mulheres como pescadeiras, porém não era uma autoidentificação acionada por todas³. À primeira vista nos faz supor que, apesar de existirem vários periódicos sobre pesca artesanal em

² <https://www.nsctotal.com.br/especiais/pescadeiras>

³ Informação obtida em contato direto com a pesquisadora em 13/10/2022.

todo o Brasil, há uma lacuna nos estudos específicos sobre essa categoria, o que nos instiga a aprofundá-la.

Nosso olhar, então, se dirige ao baixo Amazonas, especificamente, na margem esquerda à jusante do rio-mar, próximo à fronteira com o estado do Pará, em comunidades pertencentes ao município de Parintins, onde encontraremos mulheres que se lançam ao desafio de se firmar na atividade da pesca artesanal e que se autodefinem como pescadeiras. Em sua maioria são arrimo de família e têm a pesca como atividade geracional e principal fonte de sustento.

A atividade pesqueira artesanal dessas mulheres ocorre em dupla, a qual chamam de parceria, porque tanto os lagos quanto a margem do rio Amazonas ficam cheios de pescadores homens, razão pela qual se sentem mais seguras em dupla formada por relações de parentesco e vizinhança. Os locais preferidos para a pesca são os lagos próximos às suas residências, dependendo da época: se for tempo de cheia dos rios, ficam nas proximidades, mas se for período de seca, tendem a procurar lagos mais distantes.

Os saberes tradicionais aliados à vivência na atividade são o que sustentam o bem viver na Amazônia ribeirinha. Para encontrar os cardumes utilizam conhecimentos que lhes foram repassados por seus pais e que repassam aos seus filhos e netos. Sabem, por exemplo, que onde tiver o capim peremembe-ca (*Paspalum repens* P. J. Bergius) encontrarão espécies que buscam abrigo nessa vegetação, como o tucunaré (*Cichla* sp), ou onde caírem os frutos da munguba (*Bombacaceae*) e da palmeira catauari (*Caparidaceae*) possivelmente acharão peixes que se alimentam dos frutos dessas espécies, como o tambaqui (*Colossoma macropomum*):

“A Munguba, quando o rio começa a baixar, final de maio pra junho, a fruta ‘espoca’, cai no rio, o tambaqui pega a semente e devolve só a pluma. Do mês de março em diante, quando a água vai subindo, já vejo onde tem a fruta, principalmente o Catauari, que é o preferido do tambaqui, aí já sei que ali tem peixe” (M.J.J.S. 43 anos, PIREs, 2015: 117)

“quando a planta está naquela fase, começa a cair a fruta, a fruta fica boiada, quando elas estão roídas, lá tem peixe” (R.O.S. 58 anos, Idem: 117).

Também reconhecem as fases e a influência da lua na piscosidade dos ambientes de pesca e atribuem que a lua nova “mexe” com os cardumes e, sabendo o percurso que eles fazem, já sabem onde posicionar as redes de pesca. Não obstante, no imaginário ribeirinho amazônico, existe a crença de que se a mulher estiver menstruada atrairá botos para a embarcação ou a pesca não será promissora. Geralmente nesses dias as mulheres não saem para a atividade de pesca, se concentrando nas plantações ou criação de pequenos animais ao redor da casa.

Independente das condições, a jornada de trabalho é extensa e dobrada, pois conciliam a atividade de pesca com as atividades domésticas e, algumas vezes, trabalhos manuais como artesanato, na feitura de “varandas” de rede de dormir, teçume de crochê na borda de guardanapos e toalhas de mesa e também pintura. E mesmo diante da sobrecarga do labor diário, são essas mulheres que

estão se mobilizando para retomar as discussões para retomada da experiência de manejo participativo, um Acordo de Pesca que durante algum tempo funcionou nos Lagos Macuricanã.

O Acordo de Pesca é uma estratégia de ordenamento e cogestão comunitária dos recursos pesqueiros que as comunidades ribeirinhas da Amazônia têm tentado implementar desde o início dos anos 1970, e no município de Parintins desde os anos 2000. Trata-se de um conjunto de regras de uso territorial, tecnológico e temporal da atividade pesqueira artesanal, adotado pelas comunidades participantes (PANTOJA, 2006).

No complexo lacustre Macuricanã (APA Nhamundá-Parintins/AM), a iniciativa surgiu com o Projeto de Manejo dos Recursos Naturais da Várzea PRÓVÁR-ZEA/Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais – IBAMA, reunindo 7 comunidades da borda sul da APA – Nhamundá em Parintins, motivada pelas recorrentes invasões nos lagos que têm levado à exaustão algumas espécies de maior valor comercial.

No entanto, o Acordo de Pesca do Macuricanã durou em torno de dois anos (2005 a 2007), vindo a fracassar por inúmeros conflitos e pela falta de apoio institucional. Mesmo com todos esses entraves, é de entendimento dos comunitários que quando o Acordo estava ativo inibia a pesca predatória nos lagos Macuricanã e funcionou como salvaguarda das espécies já ameaçadas de extinção como o pirarucu (*Arapaima gigas*).

Os conflitos tinham causas diversas: divergências dos(as) pescadores(as) com a sua liderança em que a principal queixa era a centralização de poder e a falta de diálogo com os(as) pescadores(as); e divergências dos(as) pescadores(as) locais com os pescadores invasores, cujos embates foram marcados por violência verbal e algumas vezes ameaça de morte e agressão física: “Teve uma vez que a briga foi grande, eram cinco pescadores do São José e os outros eram em torno de 15 pescadores de fora, eu não tava lá, mas quem tava disse que foi muito feio, pra escapar de morrer de repente!” (M.J.S.S, 34 anos, PIRES, 2015; 102).

Os(as) pescadores(as) diziam estar sozinhos, muito expostos e vulneráveis ao perigo sem poder contar com suporte de monitoramento e fiscalização dos órgãos ambientais de todas as esferas, no momento das invasões. Todos esses fatores foram desanimando a participação dos(as) pescadores(as), culminando com a dissolução da coordenação, afastamento gradativo dos participantes, desistência dos agentes ambientais voluntários até extinguir-se.

Com o fim do Acordo, a crescente invasão nos lagos pelos pescadores de “fora”, a escassez das espécies de maior valor comercial e a redução do tamanho do pescado, os moradores do Macuricanã, mobilizados pelas mulheres, pretendem retomar as discussões e possível reativação do Acordo de Pesca dentro da APA, até porque desde a sua criação em 1990 a Unidade de Conservação Estadual não possui Plano de Gestão consolidado⁴.

⁴ Dados disponíveis no site da Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Estado do Amazonas – SEMA, apontam que a APA-Nhamundá não possui conselho gestor, e o Plano de Gestão está em status de previsto via Linhão. (<https://meioambiente.am.gov.br/apa-nhamunda/>). Os moradores

Importante destacar que desde a criação do Acordo, a presença, e a atuação das mulheres, foi maior que a dos homens, tanto que a liderança das comunidades partícipes teve uma mulher como representante, responsável de fazer a conexão entre o órgão de fiscalização (IBAMA), as secretarias municipais dos dois municípios e, quando necessário, a polícia militar do município de Parintins.

São as pescadoras varzeiras, cada vez mais presentes nessa atividade, atuando e assumindo as lideranças comunitárias em iniciativas que visem assegurar os direitos aos territórios, aos bens naturais e ao acesso de políticas públicas, que preservam o bem viver da Amazônia.

É a força do ecofeminismo que está pulsando na Amazônia, no dizer de Svampa (2019:66). São mulheres que se mobilizam, criam relações de solidariedade, novas formas de autogestão coletiva e vão construindo com seus saberes tradicionais uma relação diferente com o ambiente onde o ser humano é compreendido como parte integrante da natureza.

Com essa perspectiva que em 2019 as pescadoras do Paraná do Espírito Santo de Cima, tendo como uma das lideranças a pescadora e professora (M.N.R., 63 anos), percorreram as comunidades da borda sul da APA na tentativa de retomar os debates sobre manejo participativo, convocando, sobretudo, as mulheres porque, segundo frisaram, eram “*mais de fé!*”. O objetivo principal era escutar os comunitários, identificar os principais problemas e apontar possíveis soluções para reativar o Acordo de Pesca. No entanto, das sete comunidades convidadas, compareceram apenas três representantes.

Ademais, com a chegada da pandemia do Covid19 em 2020 e as regras de isolamento impostas, os encontros entre as comunidades que já eram esporádicos e pouco participativos paralisaram e, quando acabou a quarentena, as pescadoras do Paraná do Espírito Santo de Cima tentaram retomar as reuniões, porém as comunidades que estavam participando foram deixando de comparecer.

Atualmente, apesar da pouca participação e visível desânimo das demais comunidades, as pescadoras prosseguem com as discussões em torno do tema e, mesmo diante das dificuldades, continuam tentando apoio com o gestor da APA – Nhamundá, articulando parcerias com representantes de instituições da pesca e também de ensino e pesquisa.

Um dos pontos reforçados continuamente nas reuniões diz respeito justamente ao fortalecimento do apoio institucional do poder público, dos órgãos ambientais, centros de pesquisa e à adesão de um número maior de comunidades participantes tanto do município de Parintins quanto de Nhamundá. As pescadoras que experienciaram o manejo participativo naquela região sabem os obstáculos que se interpõem, e isso impulsiona a busca por novas alternativas de fortalecimento de gestão, parcerias e obtenção da adesão cada vez maior das comunidades existentes no território da APA.

A grande motivação de reativar o Acordo ou conseguir implementar outras ações sustentáveis advém da sua liderança frente às comunidades, de terem

das comunidades por sua vez, em sua maioria, desconhecem a importância da sua participação no processo de implementação do plano gestor da APA.

sido as primeiras a se movimentar e as últimas a resistir para que não acabasse o Acordo. Tudo isso aliado a uma grande determinação de reivindicar melhorias para o setor e mais respeito a sua profissão, enfim, estar em condições de igualdade tanto no uso dos territórios quanto nas políticas institucionais da pesca.

Tais iniciativas têm acontecido no interior da Amazônia, sobretudo nas regiões de várzea, dada a diversidade de lagos e maior piscosidade e que, por isso mesmo, são alvos de invasão e da pesca predatória. Todavia as pescadeiras do Macuricanã sabem, pela experiência passada, que só obterão sucesso se tiverem apoio institucional, reconhecimento legal e visibilidade político-social dessas ações que visam assegurar o uso consciente dos bens naturais e sustento de inúmeras famílias ribeiras do Amazonas. Por fim, reforçamos que os desdobramentos deste debate não se encerram aqui e que uma discussão mais robusta posterior ao presente estudo se faz necessária.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Edna F. **Pescadeiras, companheiras e perigosas: a pesca feminina na ilha de Lençóis**. Universidade de Brasília-UNB. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. 200p, 1991.

_____. **As mulheres pescadoras e a conservação de recursos pesqueiros na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (AM)**. In SCHERER (org.) *Trabalhadores e trabalhadoras na pesca: ambiente e reconhecimento*. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei Nº 7.689, de 23 de novembro de 1988 e dispositivos do Decreto-Lei Nº 221 de 28 de fevereiro de 1967 e dá outras providências. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=11959&ano=2009&ato=d23ITQU90dVpWTace>. Acesso em 12/10/2022.

_____. Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais: art. 3, inciso 1, Brasília, DF, 7 jan. 2007.

HELLEBRANDT, Luceni Medeiros. **Mulheres da Z3, o camarão que “come” as mãos e outras lutas**: contribuições para o campo de estudos sobre gênero e pesca. Tese (doutorado), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar de Ciências Humanas, Florianópolis, 2017.

FRAXE, Jaíse. **O ecofeminismo na Amazônia**: relato de experiência da comunidade São Francisco de Assis, Careiro da Várzea, Amazonas, Brasil. EDUA-UFAM. Manaus, 2021.

GROSSI, Miriam P. **Identidade de Gênero e Sexualidade. Antropologia em Primeira Mão**, Florianópolis, p.1-18, 1998

GRUNEVALD, Débora H. M. **O Conselho da Mulher de Santa Cruz do Sul**: construindo alternativas para demandas femininas. 2009, 169fls. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade de Santa Cruz do Sul- UNISC. Santa Cruz do Sul-RS, 2009.

HOOKS, bell. **Não sou eu uma mulher**: mulheres negras e feminismo. 1 ed. Tradução livre Plataforma Gueto, 2014.

KERGOAT Danièle, **La division du travail entre les sexes**, in Jacques Kergoat et al., *Le monde du travail*, Paris, La Découverte, 1998, p. 319-329. Traduzido por Miriam Nobre. 2003.

LEITÃO, Maria do Rosário F. Andrade. **Gênero, Pesca e Cidadania**. Amazônica. Rev. Antropol. (Online) 5 (1): 98-115, 2013.

PANTOJA, G. **O movimento ambientalista caboclo-ribeirinho no município de Parintins - AM**. Dissertação de mestrado profissional em Política e Gestão Ambiental. Centro de Ciências do Ambiente, Universidade Federal do Amazonas, 109 págs. 2006.

PINHO, Osmundo. **E eu não sou uma mulher** – Sojourner Truth. Geledés - Instituto da mulher negra, Austin, jan. de 2014. Home Afro-americanos. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 29 jun. 2023.

PIRES, V.S. **O sustento que vem das águas:** dinâmica socioambiental da pesca artesanal na APA/NHAMUNDÁ em Parintins-AM. 2015. 153 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) PPGCASA, UFAM, Manaus, AM, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes:** mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SCOTT, Joan. *La Citoyenne Paradoxale: les féministes françaises et les droits de l'homme*. Paris: Ed Albin Michel, 1998. In: GROSSI, Miriam. **Identidade de Gênero e Sexualidade. Antropologia em Primeira Mão**, Florianópolis, p.1-18, 1998. Disponível em: http://bibliobase.sermais.pt:8008/BiblioNET/upload/PDF3/01935_identidade_genero_revisado.pdf

_____. *Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history*. New York, Columbia University Press. Traduzido por Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila, 1989.

SOARES, Sara M.; SCHERER Elenise F. **Pescadoras mesmo:** seguro defeso e reconhecimento em comunidades pesqueiras do Lago do Rei no Amazonas. In SCHERER (org.) **Trabalhadores e trabalhadoras na pesca:** ambiente e reconhecimento. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

SVAMPA, Maristella. **Las fronteras del neoextractivismo en América Latina:** conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias. Calas - Centro Maria Sibylla Merian, 2019.